



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ASSINATURA DE DECRETO CRIANDO ÁREAS INDÍGENAS E FLORESTAS NACIONAIS

Iauaretê, AM
23 de novembro

A assinatura de decretos criando as áreas indígenas de Pari-Cachoeira, faz parte da luta pela preservação das condições naturais de vida das comunidades indígenas.

15 de novembro — Vence o primeiro turno, com folgada vantagem, o candidato Fernando Collor de Mello. Para segundo lugar disputam corpo a corpo durante dias, Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva, ganhando este, finalmente, por margem mínima.

20 de novembro — Funcionários públicos federais em greve ocupam a ante-sala do Ministro Mailson da Nóbrega.

O padre Antônio Vieira, nosso maior mestre, da oratória e pioneiro na defesa da causa indígena disse, no sermão que proferiu sobre o Espírito Santo, pronunciado às vésperas de partir para o alto Amazonas: «se é trabalho ouvir a língua que não entendes, quanto maior trabalho será haver de entender a língua que não ouvís?»

Continuam atuais estas sábias palavras do grande orador sacro, que na missão do Maranhão, do Pará e Amazo-

nas combateu com veemência e tenacidade a cobiça, o materialismo e as injustiças praticadas contra as populações indígenas.

Com efeito para se compreender as aspirações, os sentimentos, as reivindicações, os valores e a imensa riqueza cultural das numerosas etnias que habitam o coração da floresta é preciso, antes de tudo, saber ouvi-las.

Ao longo dos quinhentos anos de processo de ocidentalização do Brasil, o principal equívoco que se cometeu em relação aos primeiros americanos foi, justamente, o não saber ouvi-los e, assim, melhor incorporar suas inúmeras virtudes e saberes à cultura, à economia e à própria dinâmica social do Brasil.

Grandes brasileiros como o Marechal Rondon, que se dispuseram a retomar a defesa da causa indígena, trilharam vastas porções da Amazônia, para identificar aldeias e protegê-las, antecipando-se ao processo de ocupação predatória que se desenvolvia em seu tempo.

Os irmãos Villas Boas notabilizaram-se pela dedicação de suas vidas à incansável e incessante atividade de defesa destas culturas extremamente frágeis, diante de formas de ocupação muitas vezes perversas dos espaços amazônicos.

Vieira, Rondon, Villas Boas. Esta é a nobre linhagem dos homens que souberam ouvir, entender, respeitar e defender o extraordinariamente diverso mundo indígena que, do contrário, estaria condenado a perecer sem deixar registros de um dos mais belos capítulos da aventura humana sobre a Terra.

Neste momento, quando acabo de assinar decreto criando as áreas indígenas de Pari-Cachoeiras I, II e III, tenho o elevado sentimento de estar participando da luta histórica travada por várias gerações de indigenistas, para garantir a preservação das condições naturais de vida e trabalho das comunidades indígenas.

Tukanos, Tuyakas, Tarianos, Barasanos, Mokuras, Pira-Tapeiras, Karapanãs e Wananas vão dispor, a partir de agora, de quinhentos e vinte mil hectares de terra demarcada, imunes, portanto, a qualquer forma de exploração indiscriminada.

Criei também florestas nacionais de Pari-Cachoeira I e II, com área total de seiscentos e dois mil hectares, destinados à assegurar a preservação de inumeráveis espécies animais e vegetais na região circunvizinha e servir de baluarte natural, a impedir interferências nocivas à integridade física e cultural dos grupos indígenas.

Damos continuidade à política pioneira do meu Governo, de criar florestas nacionais ao redor de reservas indígenas, cumprindo, assim, o duplo objetivo de garantir aos índios a posse e usufruto das terras que ocupam depois de tempos imemoriais e preservar o equilíbrio de todo o ecossistema.

Hoje, vinte e um milhões de hectares, o que representa quase dois e meio por cento do território do Brasil são constituídos por áreas de conservação do meio ambiente. Durante o meu Governo foram criados oito parques nacionais, quatro áreas de preservação ambiental, seis estações ecológicas e nove florestas nacionais, num total de cinco milhões e seiscentos mil hectares. Com as florestas nacionais de Pari-Cachoeira, hoje criadas esta cifra se eleva a mais de seis milhões e duzentos mil hectares.

Não posso disfarçar a minha satisfação e orgulho de ostentar o mérito de haver promovido a demarcação da maior extensão de terras indígenas em toda a história do Brasil.

De 1910, quando foi criado o Serviço Nacional de Proteção ao Índio, até 1985, ano que eu assumi o Governo, foram demarcados doze milhões de hectares de reserva indígena. Pois bem, durante estes cinco anos do meu Governo, trinta e dois milhões de hectares de terra já foram demarcados ou encontram-se em fase final de demarcação: quase três vezes mais do que toda a história da demarcação desde que o Brasil foi descoberto.

Comparativamente a outros países, quando falam do tratamento que nós, no Brasil, estamos dando à causa indígena, (e são brasileiros como nós), temos a oportunidade de dizer: o índio brasileiro desfruta, hoje, de uma situação privilegiada, em termos de disponibilidade de terra. Enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, a cada índio se reserva, em média, uma área de vinte hectares, no Brasil

este índice é dez vezes maior, ou seja, cada índio brasileiro, de acordo com as terras demarcadas, dispõe de mais de 200 hectares de terras efetivamente demarcadas.

No contexto do projeto Calha Norte, a questão indígena tem merecido atenção toda especial.

Recentemente, assinei decreto demarcando dezenove áreas dos Yanomami que, entre reserva e floresta, apresentam uma superfície total de oito milhões e duzentos mil hectares. Apenas as terras Yanomami correspondem, assim, a uma área do território nacional equivalente a quatro vezes o território do estado de Sergipe, para uma população de 9 mil indígenas.

Na faixa de fronteira, estão sendo também intensificados, delimitadas ou demarcadas áreas indígenas nas regiões de Taraguá, Iauaretê, Icana e Evaré I e II.

O projeto Calha Norte está ainda implantando vários projetos especiais para o desenvolvimento de atividades produtivas nas áreas indígenas. O artesanato, a agricultura, a piscicultura e a criação de animais são atividades que contribuem para a emancipação econômica das populações indígenas.

As populações indígenas cada vez mais assumem a consciência dos seus direitos à diferença, à manutenção de suas normas internas de convivência; mas sabem, também, que integram uma sociedade que lhes assegura o direito à educação, saúde, segurança, liberdade e à busca de melhores condições de bem-estar.

Postos indígenas, frentes de atração, campos de pouso, projeto de desenvolvimento comunitário, incentivo ao artesanato, postos de saúde e unidades flutuantes de saúde são algumas ações sociais integradas desenvolvidas no contexto do projeto Calha Norte à atenção exclusiva das comunidades indígenas.

Estamos demonstrando na Amazônia a viabilidade das grandes linhas de trabalho que estabelecemos para o enfrentamento das questões indígenas e ambientais, a saber: conciliação do equilíbrio ecológico com o desenvolvimento;

— Integração dos grupos indígenas à comunidade nacional sem que abdicuem de sua identidade étnica, preservando o seu ambiente natural e garantindo os seus direitos sobre suas terras de origem.

Terminando, devo retomar as palavras do padre Antônio Vieira: «Deus criou todas as criaturas no princípio do mundo em seis dias, (...) Para criar basta que se trabalhe poucos dias; mas para conservar, é necessário que assistam e continuem a trabalhar, não só muitos dias e muitos anos, mas sempre.»

Conservar e assistir a Amazônia, suas populações nativas, seus mitos ancestrais e o infindável ciclo de vida, morte e ressurreição de suas incontáveis espécies naturais é o que fazemos nesse instante, Governo e comunidade, na mais remota fronteira do nosso amado Brasil.

Já estive em Iauaretê e, aqui, tive oportunidade, naquela viagem, de simbolizar o Brasil que o Presidente do País não pode ficar sempre com os olhos voltados para o sul, vendo as grandes cidades, ouvindo as necessidades das regiões mais ricas, que todo o dia pedem mais assistência, e com as costas voltadas para estas regiões mais longínquas do Brasil, onde o Brasil termina e começa a ser outros países.

Aqui estive para solidarizar-me e mandar uma mensagem, ao Brasil, da nossa preocupação com os problemas dessas regiões e das populações que aqui vivem, principalmente das populações indígenas.

Temos feito um trabalho sério, não temos explorado politicamente o índio porque eu acho que é uma questão de desumanidade aos indígenas, que têm tantos problemas a vencer, que ainda se coloque, dentro deles, os problemas do ódio, os da política, procurando envolvê-los dentro de questões que não os ajudam. Nós temos é que ajudar a causa indígena, trabalhando como nós estamos trabalhando, fazendo aquilo que estamos fazendo em Iauaretê, nas florestas nacionais, demarcando as terras indígenas, como demarquei mais do que todos na história do Brasil —, fazendo aeroportos, hospitais, dando condições para que vocês possam ter melhores condições de vida. É assim que se

trabalha, pela causa indígena e é por isso que eu aqui estou para, mais uma vez, simbolizar a nossa solidariedade a este povo brasileiro, dos mais sofridos, mas também daqueles que nós mais nos orgulhamos.

Portanto, ao terminar, eu quero agradecer às generosas palavras do governador do Amazonas, Doutor Amzonino Mendes. Ele está fazendo um bom trabalho nesse Estado e naturalmente, com o novo Município de Iauaretê, vai ter oportunidade de trabalhar mais ainda, e diretamente, e objetivamente, por esta comunidade. Eu quero agradecer, por último, as palavras do representante da comunidade indígena que aqui teve oportunidade de saudar o Presidente da República. Eu pedi, até, para levar o seu discurso para que ele fique incorporado à história do meu Governo.